

### » Entrevista | WELLINGTON LUIZ | PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF

Em entrevista ao *CB.Poder*, o parlamentar falou sobre a importância de discutir e votar o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e avaliou as ações do Legislativo local para prevenir o feminicídio

# “A cidade não pode ficar engessada”

» LUIS FELYPE RODRIGUES\*

**A** criação de um cadastro no qual as mulheres podem descobrir se homens com quem elas se relacionam já agrediram outras companheiras é uma importante ferramenta contra o feminicídio no DF, um dos temas abordados por

Wellington Luiz (MDB), presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), durante o programa *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a *TV Brasília* — de ontem. Aos jornalistas Samanta Sallum e Carlos Alexandre de Souza, o parlamentar comentou sobre os

problemas de mobilidade urbana e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), em discussão na CLDF, que pode impactar o conjunto arquitetônico da cidade e a vida dos moradores da capital do país.

**Uma das pautas mais importantes que os deputados irão avaliar neste semestre é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Explique a importância disso para a população de Brasília?**

É um dos mais importantes projetos para que haja o desenvolvimento da nossa cidade e para torná-la mais dinâmica. Há uma necessidade de rever as estruturas dessa lei que hoje preza e preserva o patrimônio histórico de Brasília. O projeto já está na Câmara Legislativa. Ontem, em reunião com todos os deputados, definimos um período de 60 dias para as comissões ouvirem a sociedade, fazerem audiências públicas e ouvirem os setores para que, no início ou durante junho, votarmos esse projeto. Se for da vontade dos representantes da população, iremos aprová-lo. A Câmara tem uma grande oportunidade de deixar um legado com muita seriedade e responsabilidade. É claro que é algo polêmico, mas se faz necessário. A expectativa era de que o Distrito Federal tivesse 800 mil habitantes e temos mais de 3 milhões.

Ed Alves/CB/DA.Press



**O projeto engloba regiões tombadas como Asa Sul, Asa Norte, Lago, Octogonal e Cruzeiro?**

Apenas aquelas áreas tombadas que são essas que foram mencionadas por você. Portanto, só com autorização do PPCUB poderemos fazer qualquer mudança.

**Quais seriam os pontos importantes do PPCUB?**

A Câmara está conhecendo esses pontos. Na minha opinião, o projeto está pronto para ser votado. Obviamente que cabe aos parlamentares e aos presidentes de comissões fazerem avaliações para que possamos entregar para a sociedade uma lei que realmente atenda à população. Eu acho que é muito importante a preservação do patrimônio histórico, mas a cidade precisa crescer, ela não pode ficar engessada. Ela precisa ter um desenvolvimento proporcional ao seu crescimento.

**Como ficou a questão das atividades comerciais na área residencial da W3? E qual é a previsão de uso misto e até mesmo residencial do Setor Comercial Sul?**

O Setor Comercial é um antes das 18h e outro depois desse horário. As pessoas que transitam por lá após esse horário passam a correr risco. É algo extremamente complexo e precisamos avaliar isso. Sou a favor de que haja residências e uma ocupação ordenada ali. É uma tendência natural, as pessoas precisam de um local para morar e se puderem fazer isso com mais segurança e impulsionando o crescimento da cidade é melhor ainda. O setor tem um potencial para isso.

**Você mencionou a questão do desenvolvimento. Em relação ao ponto de vista econômico, qual sua expectativa para isso?**

A melhor possível. Entendo que se conseguirmos nos destravar dentro de um aspecto de responsabilidade com o patrimônio, vamos desenvolver a cidade. Um exemplo é a grande expectativa do setor produtivo em relação à discussão e aprovação do PPCUB. Vamos gerar empregos e garantir recolhimento de impostos. Isso é extremamente importante, quando falamos que a cidade é dinâmica passa muito pela área do desenvolvimento. Temos como crescer gerando emprego e aumentando o número de empresas que vão atuar nessas regiões.

**Isso sem agredir a concepção urbanística de Brasília?**

É possível fazer isso. Existem outras capitais que fazem isso. Paris é um exemplo. Assim, a cidade cresce respeitando o patrimônio histórico. Acho que talvez exista um conceito equivocado sobre o que é patrimônio histórico, esse é o ponto que precisamos chegar. Por que o Oscar Niemeyer não previu painéis de LED? Porque na época não existia isso.

**Outra coisa que podemos falar sobre a cidade é a questão da mobilidade. Como melhorá-la?**

Acho que devemos uma resposta à sociedade. Está na hora de mudar isso. Temos que tornar, inclusive, o transporte público atrativo. Hoje ele não é. Deixar o carro em casa para entrar num ônibus superlotado e que vai te atrasar para ir ao serviço é

um dos motivos para termos essa quantidade enorme de veículos. Moro no Parque Way e quando eu pego a DF-040 às 6:30 da manhã é aquela loucura. Precisamos investir no transporte público. Além disso, é óbvio que as vias precisam ser ampliadas e isso está acontecendo neste momento, o governador Ibaneis Rocha (MDB) está tendo esse cuidado. Agora, o transporte ainda depende muito de carros. O motivo é que o transporte coletivo ainda não funciona. Estamos discutindo uma tarifa reduzida que neste momento é o que nossa capacidade permite. Está na hora de discutir isso, hoje ela ainda é muito cara. O que você paga de passagem para andar 10 km, pode colocar gasolina no carro para ir e voltar. Aqui no DF, as pessoas preferem carro. Por isso nós temos uma grande frota de veículos, temos famílias com quatro ou cinco veículos.

**Você defende que parte da arrecadação da loteria pública do DF seja destinada à melhoria da mobilidade urbana? Poderia explicar isso?**

Defendo. Discutimos com os deputados e com o próprio presidente do BRB sobre a criação da subsidiária que vai tratar da loteria. Esse projeto ainda não foi protocolado e a expectativa é de que ele chegue hoje, isso possibilita de fato a criação da loteria. Sua arrecadação tem alguns fundos ou um fundo social que foi indicado quando o projeto foi aprovado na legislatura passada. A ideia é que com essa destinação de recursos se crie um fundo social, por exemplo,



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

vinculado à mobilidade para que haja recursos para pelo menos reduzir o valor das passagens, tornando o transporte público um pouco mais atrativo. É óbvio que tem outras coisas, precisamos aumentar o número de veículos. Aqui no DF temos a frota mais nova do Brasil com ônibus de dois, três anos. Mas, na minha opinião, eles são insuficientes. O metrô precisa ser ampliado e ontem estive com o deputado Rafael Prudente, junto com o presidente do metrô para discutirmos uma ampliação para Samambaia. Tudo isso está sendo discutido. Existem alguns projetos na área de transporte e de mobilidade que precisamos efetivar para transformar o transporte público atrativo para o cidadão.

**A Câmara Legislativa criou uma polêmica com o GDF após aprovar um projeto de licença menstrual de três dias para servidoras públicas. Em que pé está?**

O projeto foi aprovado e hoje é uma lei. Ela pode ter seus efeitos

questionados por uma eventual judicialização do GDE, algo que ainda não aconteceu. A lei está valendo, o importante para a mulher é que a lei tenha os efeitos garantidos para que os direitos sejam devidamente utilizados. Estamos discutindo para que possamos buscar uma solução, o que não podemos é tirar o direito delas. Se houver vícios de iniciativa, o Executivo manda um projeto para a Câmara e sana isso para que não precise caçar os efeitos. É uma causa que a Câmara não abre mão, é questão de honra para gente e de respeito às mulheres.

**A mulher precisa apresentar laudo médico para isso? Como funciona?**

Tem critérios, não é uma coisa banal. Os próprios médicos terão critérios para poder dar a licença. Acho que é algo importante, sério e transparente. Volto a dizer, o que nós temos é que garantir esse direito e disso a Câmara não abre mão.

**Você citou que se sente envergonhado com o número de feminicídios no DF. O que a Câmara pode fazer para mudar esse quadro?**

Até tentamos fazer muito, mas esse muito ainda é pouco diante dos resultados. Temos uma cultura machista enraizada há décadas que lamentavelmente impõe essa condição. Precisamos trabalhar na base. Isso a curto, médio e longo prazo. Quantos órfãos temos hoje? Inclusive temos leis que amparam os órfãos do feminicídio, mas também é pouco, dinheiro nenhum vai trazer a mãe deles de volta. Isso

é doloroso demais. Existe uma lei de minha autoria, onde criamos um cadastro para que a mulher conheça quem é a pessoa com quem ela está se relacionando. Se ele tem um histórico de agressão a uma mulher, ela vai saber.

**Ela tem acesso? Como funciona?**

Vamos regulamentar uma ferramenta junto com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), onde a mulher vai saber com quem está se relacionando. Quem é o Wellington? Ele tem histórico de agressão à mulher? Tem que dar ao menos o direito, ela até pode continuar com ele, mas ela tem que saber que aquele companheiro dela já agrediu uma mulher.

**Se tiver uma ocorrência registrada já vai estar no cadastro?**

Sim, a ideia é essa. Ela precisa conhecer para tomar a decisão se vai continuar ou não com aquele companheiro. É uma ferramenta importante. Às vezes ela tem dificuldade em obter esse tipo de informação. Se ela tem acesso a esses dados e faz a pesquisa, descobrindo que o cara tem três Marias da Penha, na minha opinião, ela precisa se afastar. Acredito que com essa ferramenta também conseguiremos proteger as mulheres. Todos nós tivemos a Semana da Mulher, onde as sessões foram presididas pelas mulheres como um gesto de reconhecimento. Neste mês de março, estamos aprovando os projetos que estão vinculados às mulheres.

\* Estagiário sob a supervisão de Márcia Machado